

**CONSIDERAÇÕES SOBRE MORFOLOGIA URBANA E SISTEMA DE  
ESPAÇOS LIVRES NA HISTÓRIA DAS CIDADES BRASILEIRAS**  
*CONSIDERATIONS ON URBAN MORPHOLOGY AND OPEN SPACE SYSTEM IN  
THE HISTORY OF BRAZILIAN CITIES*

Lucimara Albieri de Oliveira  
Mestre em Infraestrutura e Meio Ambiente  
Professora e Pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade Federal do Tocantins  
lucimaraalbieri@uft.edu.br

## RESUMO

A morfologia urbana é resultado da ocupação e expansão do território imbuídos em sentidos de época, intenção político-ideológica, inserção socioeconômica e visão do que já fora projetado e construído; é a existência social sobre um espaço. Rossi (2001) defende que o urbanismo rebate no espaço urbano os processos econômicos e sociais ocorridos ao longo do tempo. A partir de uma perspectiva histórica, é possível compreender os sistemas sociais no tempo (passado e futuro), identificando estruturas sociais e seus desdobramentos possíveis no espaço, onde as relações entre sistema de espaços livres e morfologia urbana se dão de maneiras diversas ao longo da história. Cabe aqui, portanto, a análise da evolução histórica da sociedade e das cidades no contexto brasileiro que pode colaborar com a busca do entendimento morfológico urbano conjugado ao sistema de espaços livres que se faz presente na contemporaneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** morfologia urbana, configuração urbana, ocupação urbana, formação das cidades, sistema de espaços livres.

## ABSTRACT

Urban morphology is a result of the occupation and expansion of the territory steeped in senses of a particular time, political and ideological intentions, socioeconomic insertion and vision of what had already been designed and built; it is the social existence over a space. Rossi (2001) argues that urban planning counter the economic and social processes occurred over time. From a historical perspective, it is possible to understand the social systems in time (past and future), identifying social structures and their possible consequences in space, where relationships between the system of open spaces and urban morphology are given in various ways throughout history. Therefore the importance of analyzing the Brazilian society and cities historical evolution context. Contributing with the morphological system understanding quest, combined with actual urban open spaces system.

**KEYWORDS:** urban morphology, urban configuration, urban occupation, city formation, open spaces system.

## DA ORIGEM À MODERNIDADE

O princípio da urbanização no Brasil foi caracterizado pela formação de uma teia urbana que progressivamente dilatou as fronteiras da colônia portuguesa no território onde, posteriormente, estes núcleos primeiros se transformaram em cidades que hoje correspondem a grandes centros urbanos ou capitais de estado.

Têm-se, de maneira simplificada, duas tipologias de implantação de cidades:

- a) Em sítios irregulares para proteção e defesa, onde a cidade tinha padrões orgânicos por se acomodar sobre o relevo;
- b) Em superfícies planas que possibilitava a construção das grelhas em xadrez com deformação mínima.

Ambas são ações de ocupação do território com estratégias de defesa, porém com entendimentos diversos: a primeira por se tratar de topografia acentuada de difícil acesso e a segunda pela facilidade e rapidez na ocupação do território e seu alastramento, gerando produtos opostos. São, portanto, produtos de intenção, e não do acaso.

Tanto a criação de novas cidades quanto a intervenção em cidades existentes, segundo diferentes finalidades, tem sido contínua ao longo da história da humanidade, embora com fortes variações alternando entre momentos de *boom* e estagnações, geralmente atreladas às mudanças econômicas e sociais periódicas. Galantay (1975) apresenta três fases mais urbanizadas:

- a) Mercantilismo – cidades coloniais;
- b) Industrialização – cidades industriais;
- c) Terceirização – cidades pós-industriais.

No cenário europeu, a consolidação da industrialização trouxe a necessidade de intervenções urbanísticas que buscavam eliminar as visões sombrias de ruas estreitas e abarrotadas de trabalhadores vivendo em condições insalubres. Com isso, ocorreram várias intervenções urbanísticas que corresponderam aos desejos do capitalismo dominante em substituir barracos e cortiços por espaços nobres nas regiões centrais. Azevedo (1998) aponta que no século XVI e XVII se recuperam velhas capitais, enquanto que no século XVIII projetam-se também novas, como São Petesburgo (1717) e Washington (1791). Esta última se coloca como a primeira capital moderna do mundo, representando a remissão do passado colonial americano e sua independência da Inglaterra (VALE, 1992).

Neste contexto, o surgimento da proposta das cidades jardins por Ebenezer Howard<sup>1</sup> foi impulsionado pela necessidade de resgatar as qualidades urbanas a partir de uma convivência mais pacífica entre a cidade e o campo, gerando um rompimento da concepção do tipo de cidade existente na época e influenciando fortemente no pensamento urbanístico posterior. Este movimento se tornou tão significativo que se reflete até hoje com a busca do desenvolvimento sustentável através do respeito ao meio ambiente – natural e urbano.

Na seqüência, criou-se Camberra, a “Washington australiana”, em 1913, nos moldes howardiano, com área específica para zona industrial afastada do centro, uma composição urbano-ambiental amplamente favorável através de vários lagos inseridos na malha urbana e integração entre elementos naturais, malha viária e diferentes distrito. Nova Delhi recebeu forte influência desses pensamentos, tendo boa parte de seu projeto realizado no século XX, que procurou introduzir densidades baixas associadas à presença de vastas áreas verdes.

Para a realidade brasileira, Leme (1999) aponta três momentos significativos na criação ou intervenção em cidades:

a) 1895 a 1930 – melhoramentos nas cidades mais importantes; necessidades de saneamento; alusão aos projetos europeus ocorridos anteriormente com ênfase na estética redefinindo áreas centrais através de novos alinhamentos e abertura de vias. Ressalta-se que nesta fase criou-se Belo Horizonte.

b) 1930 a 1950 – planos totalitários de cidades propondo articulação entre bairros, centros e extensão da malha urbana através de sistema de transportes, definição de zoneamentos e legislação de uso e ocupação do solo, além de organização da estrutura administrativa municipal voltada ao planejamento urbano nas principais cidades brasileiras. Passou-se de “melhoramentos” para “urbanismo”. Destaca-se a criação de Goiânia.

c) 1950 a 1964 – planos regionais que vieram em resposta a preocupações com a significativa migração campo-cidade e o processo crescente de urbanização. Nesta época, Brasília foi criada.

Cabe ressaltar que Teresina, criada em 1852, e Aracaju, em 1855, anteriores ao recorte temporal apresentado pela autora, surgiram com o intuito de abrigarem as capitais dos estados que, na época, estavam implantadas em cidades de morro com traçado orgânico (Oeiras no Piauí e São Cristóvão em Sergipe). Tinha-se a intenção de assentar cidades em forma de tabuleiro de xadrez visando facilitar suas expansões futuras e apresentar uma morfologia “organizada” que retratasse o *status* de capital.

Para o Brasil, que experimentou um desenvolvimento industrial tardio, as investidas higienistas se deram nos centros urbanos em expansão, como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife, nos moldes feitos no cenário europeu, principalmente na intervenção Haussmanniana em Paris, com peculiaridades da formação do engenheiro sanitaria Saturnino de Brito. O foco estava na modificação das estruturas coloniais inadequadas à insolação, ventilação e no embelezamento, deixando de lado o estudo de projeções de áreas de expansão que garantissem um crescimento ordenado, consolidando assim o primeiro momento urbanístico significativo apresentado acima conforme Leme (op.cit.).

Destacam-se os planos urbanos de Pereira Passos, do início do século XX, e Agache, produzido entre 1926 e 1930, para o Rio de Janeiro, aliando as necessidades de reestruturação espacial para o desenvolvimento de funções cívicas, administrativas e econômicas, de higienização pra arejar, ventilar e iluminar melhor as edificações e as necessidades estéticas de compor perspectivas majestosas com eixos monumentais e arborização compositiva.

Em 1897 foi criada Belo Horizonte (figura 1) representando a primeira experiência brasileira de planificação urbana em grande escala (Leme, op.cit.), que surgiu com os mesmos objetivos de Teresina e Aracaju, isto é, superar as limitações morfológicas da antiga capital, no caso Ouro Preto, porém com expressões de representação do novo Brasil República. Para isso, a Comissão Construtora de Belo Horizonte, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, incorporava as técnicas e senso estético utilizados nas cidades de Washington, Paris e La Plata. O plano se dividia em zona urbana, suburbana e de sítios. A zona urbana abrigava a sede do centro administrativo e se separava da zona suburbana pela “Avenida do Contorno”. A composição estética da zona urbana se dava através de um tabuleiro de xadrez com ruas de 20 metros de largura que se articulava com vias diagonais de 35 metros, originando pontos estratégicos de visualização com edifícios dispostos sob uma ordenação programada que possibilitou organizar um amplo centro cívico formado pelas pontas de um triângulo com o Palácio do Governo, o Palácio do Congresso e a Catedral (ARRAIS, 2006).

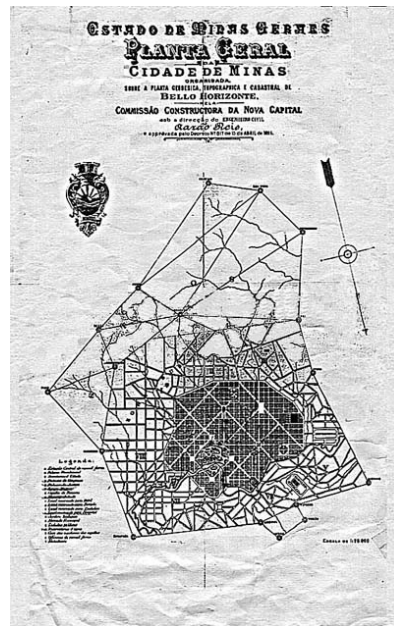


Figura 1 – Plano de Belo Horizonte de 1985.

Fonte: [www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2780](http://www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=2780). Acesso em 07/10/2011.

Em sequência, destaca-se a criação de Goiânia em 1936 (figura 2), considerando que algumas experiências já estavam consolidadas e fortemente influenciadas pelas idéias da cidade jardim. Além disso, a Carta de Atenas tinha surgido recentemente, resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933, preconizando, entre outras coisas, o funcionalismo como princípio de organização urbana e a relação da natureza com a cidade de caráter preservacionista. Assim, nasce Goiânia, projeto original de Atílio Corrêa Lima e finalizado por Armando de Godoy - que altera a parte sul do projeto - consolidado pelas perspectivas monumentais em composição com a arborização urbana, subordinando o sistema viário aos espaços de poder - como nos planos de Washington e Versalhes (ARRAIS, op.cit.). O centro da cidade foi situado no extremo do eixo monumental e o centro administrativo no local de topografia mais alta. Percebe-se o aproveitamento das características topográficas do sítio nas resoluções estéticas do projeto através da disposição da malha viária e do zoneamento - setorizado por atividades (habitar, trabalhar, circular e recrear) como apregoa a Carta de Atenas. Godoy incorporou o cinturão verde ao redor da cidade (herança da cidade jardim) e definiu a zona sul como área especificamente residencial em quadras verdes com sistema viário em *cul-de-sac*. Foi criticado por ter como resultado a limitação da expansão urbana da cidade, contrariando a proposta inicial que definia uma estrutura aberta e possibilitava o crescimento urbano harmonioso e integrado à malha pré-existente.



Figura 2 – Plano de Goiânia.

Fonte: <http://theurbanearth.wordpress.com/2009/03/10/attilio-correa-lima-o-inventor-de-goiania/>. Acesso em 07 de outubro de 2011.

Até então, o sistema de espaços livres se resumia a uma composição de elementos (vias, praças, parques urbanos) que auxiliava na organização morfológica e na composição estética da cidade.

O amadurecimento de todas essas idéias e experimentações, aliada à ousadia dos urbanistas da época, culminaram em uma experiência única de projeto urbanístico emblemático que representa o ápice da era moderna: Brasília, em 1960, projetada por Lúcio Costa (figura 3) – posterior ao projeto de Chandigar, de 1953, por Le Corbusier. Para Holston (1993), Brasília é o exemplar mais completo dos preceitos da Carta de Atenas, tendo sido baseado em cinco proposições modernistas básicas:

- 1) organizar a cidade em zonas exclusivas e homogêneas de atividade, baseadas numa tipologia determinada de funções urbanas e formas de construção; 2) concentrar a função do trabalho em relação com os assentamentos dispersos de dormitórios; 3) instituir um novo tipo de arquitetura e organização residencial; 4) criar uma cidade verde, uma cidade no parque; 5) impor um novo sistema de circulação de tráfego (HOLSTON, 1993, p.29).

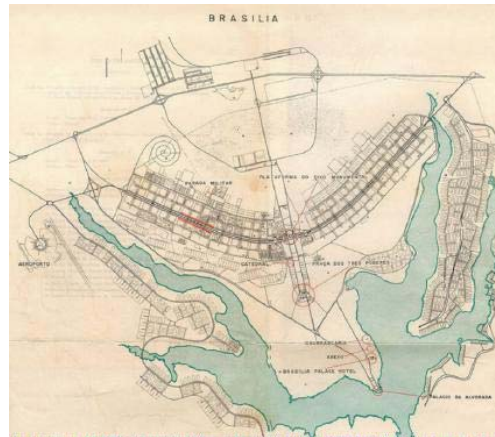


Figura 3 – Plano Piloto de Brasília.

Fonte: [www.cpdoc.fgv.br/acervo/brasilia.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/acervo/brasilia.htm). Acesso em: 07 de outubro de 2011.

Abre-se um parêntese para citar o projeto para ocupação da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá no Rio de Janeiro, realizado também por Lúcio Costa em 1969, ambos idealizados dentro dos princípios do urbanismo modernista (Rezende 2009).

O planejamento urbano no Movimento Moderno possuía um conteúdo direcionado à escala da cidade, ou referente ao desenho de novas cidades, com propostas voltadas para o espaço urbano físico, sem a importância com as dimensões sociais e econômica tal como veio a se configurar décadas depois (Portas, 2007). As características principais espaciais se davam através do “jogo do verde com o branco”<sup>iii</sup> onde os espaços livres formavam um pano de fundo para a disposição das áreas edificadas - trabalhadas através da verticalização como estratégia para a densificação – que se dispõem sobre um solo livre. Não são mais os lotes ou quadras que dão forma à cidade e se conjugam com o sistema viário na definição da configuração espacial e das relações público-privado. “A cidade do Movimento Moderno incorporava o espaço livre na ordenação, embora de modo abstrato, como lugar idealizado e como ‘fundo’ do edificado” (TARDIN, 2008, p.39). Nesta perspectiva, perde-se a conotação do sistema de espaços livres como parte de complexidades funcionais, ambientais e escalares que fundamentam a morfologia das cidades, isto é, o cunho de paisagem de fundo prevalece sobre as de definições da configuração espacial.

Paralelamente, há uma maior preocupação nacional em resguardar o patrimônio ambiental que culminou na aprovação do Código Florestal Brasileiro em 1965<sup>iii</sup>, marcando uma posição conservacionista no país. O Código estabelece, entre outras coisas, uma faixa de preservação na área limdeira aos cursos d’água proporcional à suas larguras, proteção às nascentes e restrições a usos e ocupações de morros, encostas, restingas e outras áreas de fragilidade ambiental.

## O PÓS-MODERNO

O mundo experimentou a falência do Estado de Bem-Estar Social a partir da década de 1970, com a ascensão do modelo neoliberal da economia aliado aos fenômenos da globalização econômica e informatização da sociedade. Aliado a isso, os questionamentos dos resultados e das conseqüências do funcionalismo moderno deram espaço para a introdução de novos conceitos do que se tinha como modelo, como flexibilização do zoneamento, parcerias entre poder público e iniciativa privada como meio para dinamizar o desenvolvimento urbano e ainda a participação democrática da população nas tomadas de decisão relacionadas a planejamento da cidade. Aceitava-se a referência ao passado, a ornamentação sem função e outros elementos condenados pelo

momento anterior. Alguns pesquisadores nomearam esta fase como “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “do capitalismo tardio”. Não se pode afirmar que houve uma ruptura com as idéias do funcionalismo moderno, mas sim adaptações e complementações necessárias às novas necessidades da sociedade e do mercado. Assim, os projetos de novas cidades a partir da década de 1970 incorporam conceitos de “qualidade ambiental”, “flexibilidade” e “viabilidade”, “...ao mesmo tempo que buscam maior liberdade e preocupação no processo de implantação e ocupação das cidades, preservando-se áreas verdes e mananciais” (VELASQUES, 2011, p.206).

No Brasil, houve uma alta produção habitacional em regiões periféricas da cidade a partir da década de 1970 em resposta ao inchaço das cidades. Assim, a maioria das cidades brasileiras foi crescendo progressivamente em uma lógica seqüencial, muitas vezes desenfreada, planejada pelo poder dominante, e se tornou um conjunto de partes que formam um caleidoscópio de heterogeneidade. Em certos momentos, a integração entre as partes é clara através de eixos integradores ou de padrões morfológicos preexistentes. Em outros, a idéia de conjunto se perde e o resultado parece um mero ajuntamento de partes sem uma conexão nítida.

Nesta época, é aprovada a Lei no. 6766 em 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, restringindo a ocupação urbana em locais com condições ambientais desfavoráveis ou frágeis, além de criminalizar promotores de loteamentos ilegais e clandestinos. Isto aconteceu em resposta à deficiência do planejamento que não conseguia conter os loteadores mal intencionados que parcelavam e comercializavam as terras sem o conhecimento das autoridades responsáveis, ocupando porções urbanas com infraestrutura precária e distantes da cidade já estabelecida. Além disso, as ocupações urbanas estavam se instalando em fundos de vales e áreas de morro degradando de maneira progressiva o meio ambiente.

As preocupações ambientais crescem e, em 27 de abril de 1981, aprova-se a lei no. 6.502 que dispõe sobre a criação das Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, demonstrando seu caráter conservacionista, porém ainda sem as devidas considerações sobre as tipologias, funções, possibilidades de usos e relações socioeconômicas com a sociedade.

A Constituição de 1988 foi um importante marco brasileiro em diversas questões, interessando aqui as urbanas. Nela constam dois artigos a respeito da Política Urbana, trazendo inovações na maneira de se pensar e se intervir no planejamento das cidades. Consta também a criação do mais novo estado do Brasil, o Tocantins, a partir da divisão do estado de Goiás, com o objetivo de expandir a ocupação do território brasileiro sentido norte e oeste. Palmas, capital do Tocantins, nasceu neste ambiente de esperanças no futuro brasileiro depositadas na república federativa com bases democráticas.

O projeto urbanístico de Palmas tem, a princípio, suas bases no funcionalismo que marcou a era moderna, principalmente no que diz respeito à organização da circulação e de zoneamento. Porém, traz resgates baseados nas críticas ao modernismo que teve reflexos, mesmo que parciais, nas relações morfológicas entre o público e o privado, nas relações interpessoais de vizinhança e ocasionais e na apropriação dos canais de passagem enquanto locais de convivência, demonstrando as preocupações da pós-modernidade ainda em gestação. Neste sentido, ela é antagônica a Brasília.

Em relação ao sistema de espaços livres, também diferentemente de Brasília, o projeto de Palmas instituiu uma categorização que procura abranger várias escalas e funções, se apropriando deste sistema na composição morfológica da cidade (GRUPOQUATRO, 1989). O papel dos espaços livres como pano de fundo é descartado, refletindo outra fase de princípios e diretrizes no planejamento das cidades.

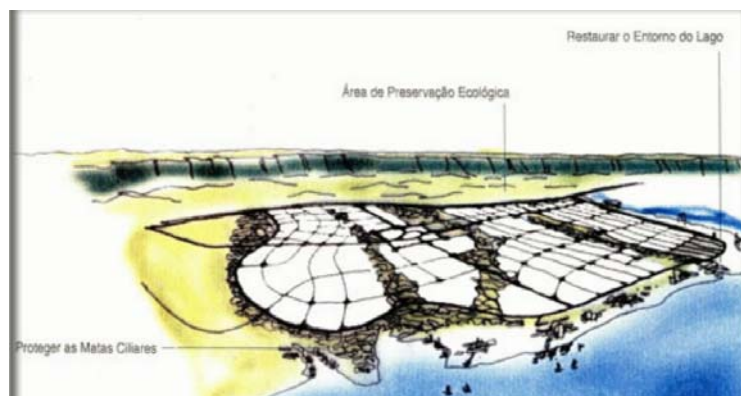


Figura 4 – Plano de Palmas.

Fonte: <http://www.grupoquatro.com.br/site/>. Acesso em: 08 de outubro de 2011.

Com os avanços das discussões da sustentabilidade ambiental, aprova-se no Brasil a Lei no. 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), trazendo uma categorização dos espaços de interesse ambiental com possibilidades de níveis de utilização conforme suas localizações, recortes escalares, caráter e vocação ambiental. Introduce-se a possibilidade de dinamizar a utilização, o planejamento e a apropriação dessas áreas no contexto urbano.

Atualmente, se tem plantado no Brasil a tendência global de projetos de intervenções em escalas menores, de escala intra-urbana de grande visibilidade em tecido pré-existent, através de mega-projetos pontuais com plurifuncionalidade como protagonistas do processo de reestruturação urbana (PORTAS, 2007). Com isso, busca-se a criação e promoção de uma imagem urbana competitiva, produzindo um *marketing* que possibilite a projeção da cidade em um cenário mais abrangente – estadual, nacional ou global. O objetivo central é a competitividade entre cidades para atrair investimentos privados. Neste aspecto, os espaços livres tornam-se elementos importantes de articulação urbana, porém nem sempre com considerações relacionadas ao sistema como um todo e, muitas vezes, tratados como cenário como aconteciam nas intervenções urbanas ao modelo haussmanniano da segunda metade do século XIX.

Portanto, nota-se ora uma evolução no entendimento e na aplicação do sistema de espaços livres enquanto forma de organização do território, abrangendo complexidades e repercussões em outros âmbitos que não apenas o físico, mas o social, econômico e ambiental, ora apenas pano de fundo ou cenário paisagístico de um contexto limitado. Entender o quadro urbano contemporâneo é fundamental para enquadrar o papel do sistema de espaços livres na atualidade, possibilitando novos olhares na busca da qualificação urbana e ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são reatamentos de questões relacionadas ao momento histórico de uma sociedade no que diz respeito ao modelo socioeconômico, valores éticos e morais, relações interpessoais, tecnologias disponíveis, entendimentos peculiares em relação ao meio ambiente e tantas outras questões que tecem a complexidade de uma sociedade. No princípio da ocupação do território brasileiro a sociedade se apresentava de maneira mais simples e o sistema de espaços livres era configurado de maneira a suprir as necessidades de circulações, de acontecimentos sociais e de comércio, muitas vezes de maneira associada, e com um leque de tipologias limitado. A morfologia urbana era



moldada basicamente por duas vertentes: a ocupação de sítios de topografia acentuada e o tabuleiro de xadrez em terrenos mais planos.

Ao longo do tempo, a sociedade tem experimentado mudanças profundas em relação a uma diversidade de aspectos, tendo suas origens basicamente no surgimento do capitalismo, no avanço tecnológico e na globalização da economia e da comunicação, que fez com que surgissem novas formas de se relacionar, de visão de mundo, de valores morais e éticos e de outras tantas questões que, inevitavelmente, surtiram efeito na forma de ocupação, expansão e planejamento do território.

A necessidade de mudar o caráter das cidades coloniais resultou na aplicação de rasgos, modulações de fachadas e de vegetação que surtiam um efeito morfológico completamente diferente do cenário urbano que se apresentava até então. Nesta fase, o sistema de espaços livres se dava pela articulação entre linearidades que culminavam em espaços majestosos e criavam perspectivas de efeito estético agradável, resumindo o sistema em técnicas de composição de elementos urbanos para o embelezamento das partes nobres das cidades.

Em um próximo nível, cidades são criadas para representarem uma nova era, onde idéias inovadoras brotavam no sentido de colaborar com as transformações profundas que a sociedade vinha sofrendo, tanto nas relações comerciais, interpessoais, econômicas, de comunicações e também ambientais. Neste momento, o sistema de espaços livres passa de uma ferramenta de composição estético-sanitária para um pano de fundo que abrigava os padrões de ocupação da cidade propostos na época. Os espaços livres surgem com caráter de tapete verde, ou ainda como cena paisagística de reservas do território com características singulares. O desenho do espaço urbano é determinado pelos projetos de arquitetura de grande porte e complexidade. Para Jellicoe et al. (apud TARDIN, op.cit.), nenhuma dessas concepções deixa claro o caráter do espaço livre como elemento estruturador como se encontra em cidades cuja morfologia se fundamenta nos assentamentos e nas vias. Os autores atestam que esta maneira de conceber os espaços livres da cidade se distancia da conformação que rege o sistema de espaços livres enquanto organizador e estruturador da morfologia urbana.

Já em um momento contemporâneo, se perde a ambição reformadora do ambiente social em prol de intervenções pontuais possíveis de projetar cenários capazes de atrair holofotes e lentes das câmeras para a promoção do *marketing* da cidade. Dá-se preferência por certas porções da cidade que estão em localizações estratégicas para atrair investimentos em detrimento de outras que não possuem atributos favoráveis aos interesses financeiros. Assim, a condição dos espaços livres enquanto sistema holístico fica comprometida e desequilibrada. Apesar de todas as experimentações realizadas no campo do urbanismo e dos avanços das legislações urbanísticas e ambientais brasileiras, o sistema de espaços livres ainda não se apresenta como conjugador das esferas morfológicas, sociais, econômicas e ambientais de maneira profunda e totalitária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Cristiano Alencar. Tempo e cidades-capitais: uma análise comparativa das formas de representação no tempo do interior do processo de construção das cidades de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. In: IX Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Anais. São Paulo, 2006. CD-ROM.

AZEVEDO, Ricardo Marques de. A formação das capitais e o adento das metrópoles. In: V Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Anais. Campinas, 1998. CD-ROM.

GALANTAY, Eryvn. *Nuevas ciudades: de la antigüedad a nuestros días*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1975.

GRUPOQUATRO. *Memorial do projeto da capital do estado do Tocantins: Palmas/Plano Básico*. Goiânia, 1989 (Mimeog.).

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEME, Maria Cristina (Coord.). *O urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FUPAM, 1999.

PORTAS, Nuno. *Os tempos das formas: a cidade feita e refeita*. Minho: Universidade do Minho, 2007.

REZENDE, Vera. *O jogo de verde com branco, Lúcio Costa em defesa do Plano Piloto da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá*. Mimeo, 2009.

ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TARDIN, Raquel. *Espaços livres: sistema e projeto territorial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

VALE, Lawrence. *Architecture, Power and national identity*. Yale: Yale University Press, 1992.

VELASQUES, Ana Beatriz Araujo. *A concepção de Palmas (1989) e sua condição moderna*. 2010. 245p. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROURB/UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

---

<sup>i</sup> Em livro publicado originalmente em 1898, propôs uma alternativa aos problemas urbanos e rurais que se apresentavam na época. O livro “To-morrow” (chamado “Garden-cities of To-morrow” na segunda edição, em 1902) apresentou um breve diagnóstico sobre a superpopulação das cidades e suas conseqüências. Segundo ele, essa superpopulação era causada sobretudo pela migração proveniente do campo. Era, portanto, necessário equacionar a relação entre a cidade e o campo.

<sup>ii</sup> Metáfora usada por Lúcio Costa na explicação do desenvolvimento do projeto da Barra da Tijuca, devido às necessidades de proteção da paisagem existente (REZENDE, 2010).

<sup>iii</sup> O primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934, revogado posteriormente pela Lei 4.771/65, que estabeleceu o Código Florestal vigente.